

OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DA TDIC NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CODÓ-MA E TIMBIRAS-MA

Maria Nayara Oliveira Torres ¹
Andressa de Brito Silva ²
Luís Henrique Serra ³

RESUMO

O trabalho buscar discutir os desafios enfrentados por docentes para realizar as aulas no ensino remoto emergencial em Codó e Timbiras, no estado do Maranhão. Tendo em vista que o período pandêmico trouxe mudanças na sociedade e na educação, houve a necessidade dos docentes se adequarem ao novo formato de ensino exigido em decorrência do covid-19. O contexto pandêmico revelou que a escola era formada por professores que não sabem fazer o uso pedagógico da tecnologia digitais da informação e comunicação-TDIC. Isso é grave, tendo em vista que essas ferramentas digitais se tornaram essenciais para o desenvolvimento das atividades escolares nesse período. Sendo que nos municípios de Codó-MA e Timbiras as secretárias municipais de educação não realizaram formação voltada à inserção das TDIC no ensino remoto emergencial. Os autores usados na pesquisa: Braga et. al. (2021), Costa (2021), Kenski (2020), Moran (2003), Neves (2020), Santos (2021), Schuartz e Sarmiento (2021), Trindade et. al. (2021) e Watanabe et. al. (2020). Diante disso, surge o questionamento sobre quais os desafios os professores vivenciaram para lecionar usando as TDIC durante o ensino remoto emergencial. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi elaborado um questionário online no *Google forms* com cinco perguntas abertas direcionada aos professores que lecionaram no ensino remoto emergencial nos municípios de Codó e Timbiras, estado do Maranhão. Os professores relatam que tiveram dificuldade para usar TDIC tanto por não terem domínio de como utilizar, assim como alguns estudantes não conseguiam acesso à internet e ao celular para participar do grupo do *WhatsApp* e por isso trabalhavam com atividades fotocopiadas entregue na escola e na zona rural na casa do estudante e destinada um dia da semana para ficar na escola para sanar dúvidas dos estudantes que não tinha conexão com a internet.

Palavras-chave: TDIC, ensino remoto, educação pública, ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

O presente texto é o relato de uma pesquisa sobre a realidade do ensino, buscando entender, de que modo, no interior do estado do Maranhão, as escolas têm conseguido implementar práticas de ensino considerando as tecnologias da comunicação. Nesse sentido, busca-se entender, de que modo, após as experiências do ensino remoto, esses professores incorporaram o ensino permeado pelas tecnologias.

¹ Graduada em Pedagogia, membro do grupo de pesquisa FORDOC e GEPHEM e pós-graduanda em ensino de Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental-UFMA, maria.nayara@discente.ufma.br;

² Graduada em Pedagogia; andressasilvaa23@gmail.com;

³ Universidade Federal do Maranhão, Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Letras - campus Bacabal (PGLB), luís.henrique@ufma.br.



Na seção seguinte, apresentamos algumas discussões sobre os desafios da escola no contexto da cybercultura e como essa mesma escola incorpora nas suas práticas as tecnologias no processo de ensino e aprendizado. Nesse sentido, são apresentados apontamentos que lembram de questões teóricas como o conceito de Cybercultura, Letramento Digital, Multiletramentos etc. Em seguida, serão apresentados alguns aspectos da metodologia de coleta e tratamento das informações para a exposição dos dados e algumas considerações sobre a realidade estudada. Por fim, apresentaremos nossas considerações e as referências que nortearam o presente estudo.

DESAFIOS DA ESCOLA NO CONTEXTO DA CYBERCULTURA: ALGUNS APONTAMENTOS

A inserção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação-TDIC na educação não é um tema de discussão que surgiu a partir da necessidade de adequação das escolas ao ensino remoto emergencial-ERE, mas se intensificou com essa impossibilidade de lecionar de forma presencial em decorrência do Covid-19 que passou a ser considerada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Nesse contexto, as aulas presenciais foram suspensas.

Na esteira dessas discussões, é importante destacar que, na introdução dos Parâmetros Curricular Nacional-PCN (1997), é possível observar apontamentos que destacam mudanças trazidas pela Tecnologia da Informação Comunicação -TIC. Nessa nova perspectiva, a escola deve estar atenta à nova organização da sociedade e essas modificações passam a definir uma nova demanda. Com isso, a escola é orientada, a partir de então, a incorporar práticas de ensino que utilizem essa tecnologia. O uso do termo TDIC, no entanto, de algum modo, passou a figurar nos documentos oficiais a partir da Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018).

O Ministério da Educação - ME, por meio da portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizou as instituições de ensino superior dar continuidade às aulas, paralisadas por conta do isolamento social que foi imposto por conta da pandemia da COVID-19, usando as Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC. Nisso, o Conselho Nacional de Educação aprovou, em 28 de abril de 2020, as diretrizes para as instituições de ensino da educação básica e do ensino superior na realização das atividades escolares durante a pandemia do COVID-19.

Costa (2020) compreende que a inserção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação-TDIC na educação deve ser pensada como uma forma de potencializador o processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, é importante que o docente entenda que as

TDIC são recursos que oportunizam aos estudantes possibilidades de construção dos seus conhecimentos, assim como uma maneira de disseminar saberes.

Dessa maneira, é necessária a formação direcionada ao uso pedagógico das TDIC, considerando, sobretudo a experiência do ensino remoto emergencial – ERE, que foi utilizado em virtude da pandemia e de forma inesperada. É importante lembrar que essa adaptação das aulas presenciais para esse novo formato foi algo difícil por todo o contexto de não acesso à informação e suas tecnologias e a ausência a não formação em TDIC por parte da escola de um modo geral. Somam-se a esse contexto, as dificuldades socioeconômico que alunos e professores enfrentavam, por questões socioeconômicas.

Evidentemente que, diante disso, a educação sofreu mudanças e teve de fazer uma nova organização e fundamentos. Nesse contexto, os professores, de certa maneira, foram os que mais sentiram essas mudanças, tanto em relação às novas práticas pedagógicas exigidas pelo ERE, quanto porque que houve uma certa confusão quanto à diferenciação entre o que seria o ensino remoto emergencial - ERE e ensino a distância-EaD, sobretudo porque, nos dois contextos, as tecnologias da informação participam e organizam a prática pedagógica.

Nessa discussão, o ensino remoto emergencial-ERE pode ser entendido como uma “modalidade de ensino promovida pelos professores ao improvisar soluções rápidas sob circunstâncias não ideais. O ensino remoto pode se dar de forma assíncrona ou síncrona” (WATANABE et. al.2020). O ensino assíncrono ou atividade assíncrona são as atividades que podem ser realizadas fora da escola. São contempladas nesse tipo de ensino desde atividades em Ambientes virtuais de avaliação de ensino (AVA) quando as atividades que podem ser feitas por meio de atividades fotocopiadas e entregues nas escolas, como foram as atividades realizadas nas escolas públicas do ensino fundamental do município de Codó, estado do Maranhão, no momento da pandemia. No ensino de forma síncrona, as atividades são realizadas em tempo real como tarefas que são feitas com maior interação entre os discentes e os professores, por estarem no mesmo ambiente virtual.

Assim “administrar uma crise sanitária e buscar a simetria social e educacional pode ser uma das missões mais difíceis que os educadores já tiverem em sua prática profissional” (RIBEIRO, 2021), por isso que, a formação e a reflexão da formação em tecnologias na formação do aluno é uma questão relevante. Nesse processo de inserção da TDIC na escola, não se pode pensar em soluções mágicas, sobretudo porque também é uma questão de cultura e o aspecto econômico também tem seu peso; em vez disso, esse processo deve ser entendido como um tipo de realidade que auxilia no aprendizado e atende novas demandas de uma sociedade moderna e conectada. Dessa forma, o ensino considerando o uso de tecnologias da



informação possibilita novas aprendizagens, meio de construção de conhecimentos, saberes e prática social e por isso precisa de investimento e encorajamentos na escola (RIBEIRO 2021, ASSMANN, 2005, p. 11).

Para que a inserção das TDIC seja realizada de forma adequada ao previsto nos documentos oficiais da educação nacional, assim como de acordo com a realidade social do educando se faz necessária uma formação docente inicial que contemple os conhecimentos de TDIC com metodologias de ensino e prática pedagógico que possa contribuir para formação de alunos que sejam cidadãos críticos, reflexivos e aptos a atuar na vida social (COSTA, 2020).

No entendimento de Kenski (2015, p. 17), a inclusão da TDIC para alguns professores se torna “difícil, e exige novas atitudes de professores e de alunos. Exige professores em rede construindo colaborativamente seus programas, apresentando suas propostas de ação docente, oferecendo e recebendo informações, atualizações e auxílios vários”. Nessa direção, observa-se que há uma dificuldade das instituições de ensino superior, responsáveis pela formação profissional, de inserir as TDIC na grade curricular e ementas das disciplinas, ações que oportunizam aos acadêmicos participar de atividade usando as tecnologias digitais.

No curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, campus Codó, por exemplo, na grade curricular, algumas disciplinas tentam atender esse tipo de formação. No currículo do curso existe uma disciplina específica destinada o uso das tecnologias na escola chamada de Tecnologias da Informação Aplicadas ao Ensino, sendo trabalhado na disciplina tanto os conhecimentos teóricos, assim como metodologias e práticas de ensino. Outra disciplina que tenta atender essa formação voltada para um ensino mais atual é a disciplina de alfabetização e letramento II, em que se é discutido, em seminário de avaliação final, a respeito do letramento digital e das novas tecnologias utilizada na educação.

Na discussão do uso da TDIC na escola alguns professores se mostram resistentes, não compreendem a relevância e veem como uma forma de substituir o seu trabalho docente e há os que entendem como uma maneira distorcida como sendo um Passa-Tempo e utilizam sem o devido planejamento e desalinhados dos objetivos educacionais. No contexto da pandemia atividades desenvolvidas foram organizadas levando em consideração a maneira que trabalhando no ensino presencial. Por isso, não havia muita interação usando as novas tecnologias e protagonismo dos estudantes, mas uma reprodução da aula presencial para o ensino remoto emergencial (SANTOS, 2021). A grande problemática do ensino nessa época é o desafio dessa transposição e não da mudança de uma mentalidade e de novos conteúdos.

A TDIC aparece na Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018.p.68) atrelada ao ensino de Língua Portuguesa numa perspectiva de multiletramentos, letramento digital e cultura



digital, discussões teóricas que apontam para o uso das TDIC pelos estudantes e para a importância da escola orientar quanto ao uso dessas tecnologias de forma social, consciente, refletiva e produção de conteúdo. Nessas discussões, ganha destaque o fato de que apesar dos educandos estarem imerso nesse mundo digital isso ainda não os capacita para entenderem as dimensões ética, estética e política desse uso, nem tampouco lidar de forma crítica com os conteúdos que circulam na Web ou em outras formas de interação a distância. Por isso, a BNCC estabelece, dentre as competências gerais da educação básica:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p.09)

A partir das mudanças nas formas de comunicação, é possível perceber que os indivíduos se expressam através de múltiplas linguagens. A partir disso, os textos são construído e circulam em múltiplas culturas, o que requer multiletramentos para interpretar e produzir os textos contemporâneo. Assim, o letramento digital se tratar de uma capacidade de saber fazer o uso social das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC, inclusive educacional (CORRÊA; DIAS. 2016).

Braga et. al. (2021) problematizam a necessidade do uso das TDIC na escola e da pressão social que está relacionada as novas exigências do sistema econômico capitalista, especialmente, pelo mercado de trabalho. Nessa direção, Braga parte do entendimento de Castells (2003) de que esse existe uma tecnomeritocracia nas sociedades contemporâneas.

No que se refere à Base Nacional Comum Curricular-BNCC e a formação de professores, Saviani (2016) discute a partir do entendimento da educação brasileira construída com base no ensino para o exercício pleno da cidadania e qualificação profissional. Uma vez que a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) prevê, no I, § “2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”. Para o autor, a ausência de um ensino conectado com a realidade e com as novas tecnologias é um desrespeito à lei.

Em 2021, é importante mencionar um fato que mostra um pouco desse desrespeito e o desconhecimento da sociedade da importância das tecnologias na educação. A Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 trata da promoção ao acesso à internet nas instituições da educação básica da rede pública. A lei responsabiliza o Estado pelo fornecimento dos recursos financeiros e equipamentos necessários ao acesso à internet pelos professores e estudantes para o uso



pedagógico. Por isso, o governo federal tentou impedir o cumprimento dessa legislação ao defender que é inconstitucional, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) não reconheceu inconstitucionalidade e determinou que o previsto em lei fosse executado. Nesse contexto, cumpre dar destaque para o que consta no artigo 2º da Lei nº 14.172 de 2021.

A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o valor de R\$ 3.501.597.083,20 (três bilhões, quinhentos e um milhões, quinhentos e noventa e sete mil e oitenta e três reais e vinte centavos) para aplicação, pelos Poderes Executivos estaduais e do Distrito Federal, em ações para a garantia do acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da rede pública de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19 (BRASIL. 2021).

O episódio mostra, ao mesmo tempo, que mesmo os documentos e leis tendo orientado sobre a inserção de cyberpráticas em sala de aula, ainda é um desafio a concretização de uma escola interconectada.

Considerando a problemática e os desafios da escola quanto a inserção de tecnologia da informação como recurso pedagógico, considerando, em especial, a realidade do Maranhão, considerado um dos estados em que o acesso à internet é precário, o presente trabalho buscar discutir os desafios enfrentados por docentes para realizar as aulas no ensino remoto emergencial em Codó e Timbiras, municípios maranhenses que enfrentam grandes problemáticas na educação e na estrutura da escola. No contexto dessa realidade, surge o questionamento sobre quais os desafios os professores vivenciaram para lecionar usando as Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação-TDIC durante o ensino remoto emergencial, considerando as novas orientações e legislações para a escola. Considerando que o professor é um dos importantes atores da relação entre aluno e escola, buscamos saber, a partir do depoimento desses professores, a realidade do ensino nesses municípios e, sobretudo, na realidade da sala de aula. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi elaborado um questionário *online* no *Google formulários* com cinco perguntas abertas direcionada aos professores que lecionaram no ensino remoto emergencial nos municípios de Codó e Timbiras.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em julho de 2022 e foi desenvolvida com docentes que lecionam na rede pública de ensino no ensino fundamental nos municípios de Codó e Timbiras, ambos municípios do estado do Maranhão. Os dados são relatos dos professores que atuam na rede municipal de ensino dessas cidades. Os relatos tratam das experiências e das dificuldades no período em que lecionavam no ensino remoto emergencial devido as restrições sanitárias em

decorrência da pandemia do COVID-19. No relato, os docentes apresentam os desafios para inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação-TDIC e quais foram as estratégias utilizadas para lecionar durante o período em que não puderam estar na escola.

Com base nisso, foi produzido um questionário *online* feito na plataforma *Google formulários* e disponibilizado no aplicativo de mensagem instantânea, *WhatsApp*. Para este trabalho, foi possível contar com a colaboração de quatro docentes: Camélia, que leciona em Codó, na zona urbana; Magnólia, que trabalha na Zona Rural de Códó; Íris leciona em Codó na zona rural e Azálea, que leciona em Timbira na zona urbana. Os nomes usados para as professoras são fictícios, inspirado em nomes de flores.

TICS NAS ESCOLAS DO MARANHÃO: RELATOS DE PROFESSORES DE CODÓ E TIMBIRAS SOBRE A REALIDADE DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

No que se refere aos desafios enfrentados para lecionar durante o ensino remoto emergencial-ERE, Magnólia, Camélia, Azálea e Íris contam que a maior dificuldade se deu devido as crianças não terem acesso à internet e isso dificultou a interação e a construção da relação aluno-professor. Azálea e Íris destacam que, na casa de alguns alunos, só havia um celular e que os responsáveis não se organizavam para que o aluno pudesse participar mais no grupo do WhatsApp, assim como observaram que os responsáveis priorizavam o acesso ao celular e à internet para os filhos que estão nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Não diferentemente no município de timbiras: Camélia percebeu que as famílias de alguns estudantes não tinham acesso a qualquer um equipamento tecnológico. Magnólia, que lecionou na zona rural de Codó, relata como, durante a pandemia do Covid-19, os transportes escolares não estavam funcionando. Por isso, ela juntamente com outro professor, deixava as atividades fotocopiadas e as avaliações nas residências dos alunos.

Quanto ao acesso as novas tecnologias, Watanabe et. al. (2020) discutem como nesse período de ensino remoto emergencial-ERE e as questões socioeconômica, além da exclusão digital se tornaram mais evidentes. Para esses autores, os alunos que não tinham aparelho de celular e acesso à internet foram afetados pela pandemia de forma distinta de como foram afetados os discentes que tinham acesso a esses equipamentos tecnológicos. Isso releva que os programas e ações do Estado para inclusão das novas tecnologias nas escolas públicas não foram efetivos.

Em relação ao uso pedagógico da Tecnologia Digital de Informação e Comunicação-TDIC para a realização das aulas no ensino remotas emergencial, foi relatado por Magnólia que

ela não usou as tecnologias digitais ao longo da pandemia. Assim, a tecnologia que usou foi o equipamento de impressão e fotocópia, pois seu alunado em sua maioria não tinham acesso à internet em casa. Do mesmo modo, Camélia não conseguiu fazer o uso pedagógico das TDIC.

Azálea relata que usou as TDIC de forma pedagógica na medida do possível, tendo em vista a questão de acesso ao celular e internet. Além das atividades fotocopiadas entregues semanalmente, Azálea manteve um grupo do *WhatsApp* da turma para sanar dúvidas, compartilhar vídeos “baixados” da plataforma do *YouTube* de conteúdo das disciplinas com no máximo 10 minutos, assim como mandou áudio com as instruções de como realizar as tarefas, atividades *online* no *google formulários* e disponibilizava livros infantis em *pdf*. Íris fez uso pedagógico da TDIC para lecionar no ensino remoto emergencial-ERE.

Dessa forma, se observa que os professores, ao inserir a TDIC em sala de aula, têm a oportunidade de assumir uma postura de mediador e o educando passa a ter um papel de protagonista do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, é possível pensar que esse ensino parte de um princípio de autonomia e construção colaborativa de conhecimentos. É importante, no entanto, notar que o ensino se transforme, é necessário a mudança de parâmetros e de objetivos. Um ensino tradicional feito no contexto das TDIC não é um ensino inovador.

A respeito de iniciativas da secretária de educação municipal, que poderia ter contribuído para realização das aulas no ensino remoto emergencial, Magnólia entende que a secretária de educação municipal poderia ter promovido formações direcionada ao uso das TDIC nesse novo formato de ensino. Nesse sentido, Camélia concorda e acrescenta que seria importante dentro dessas capacitações construir oficinas para produção e edição de vídeos. Em consonância com Magnólia e Camélia, Azálea compreende que teria sido benéfico formações que abrangessem o uso de site, aplicativos e jogos educacionais.

Pois alguns desses recursos estão disponíveis gratuitamente, mas o professor não têm intimidade para manusear e usar com os seus alunos. Íris partilha do pensamento de que as formações com oficinas teriam tornado o ensino remoto emergencial-ERE menos desafiador. Íris conta que as escolas não estavam equipadas para realizar as atividades no ERE. Nisso, teria contruído muito se as escolas tivessem os recursos tecnológicos para realização de vídeo-aulas produzido semanalmente. Esse contexto tem feito com que o ensino se torne dificultoso para os docentes conseguir produzir o cenário com letras e números, assim como alguns docentes não tinha o fundo verde para adicionar a animação na edição do vídeo feito pelo aplicativo.

Por isso, os docentes que tinham o fundo verde compartilhavam uns com outros, assim como os professores que sabiam manusear os aplicativos de produção e edição de vídeo ajudam e ensinam aos outros. Isso por Íris ter lecionada na educação infantil e a maioria dos Centros



Municipais de Educação Infantil- CEMEI de Codó adotado o uso de vídeo aula que eram produzidas pelos docentes e enviadas no grupo do *WhatsApp*.

Quanto à formação para o uso da tecnologia digital de informação e comunicação-TDIC no Ensino Remoto Emergencial-ERE, Magnólia informou nunca ter realizado formação. Apesar de Camélia não ter participado de uma formação voltado às TDIC no contexto do ERE, ela aprendeu a manusear alguns recursos tecnológicos com os outros professores. Nessa direção, Azálea não fez uma capacitação para o uso de TDIC no ERE, mas utilizou a tecnologia digital para aprender usar as novas tecnologias de forma pedagógica, assim ela assistia a vídeo na plataforma digital *YouTube* e quando tinha dificuldade pedia ajudar a filha.

Íris, que começou a lecionar durante a graduação de pedagogia, conta que participou de formação organizada pelo curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, campus Codó. Em que destaca que essa temática foi discutida pelos professores em algumas disciplinas por ser uma questão que envolve a formação docente inicial e continuada.

Uma reclamação recorrente entre os professores é que a secretária de educação de Codó e Timbiras não forneceram as condições necessárias para as escolas retornarem as aulas no ensino remoto emergencial-ERE, por conseqüentemente, as escolas não conseguiram dar o suporte para os docentes que tiveram que conta própria buscar se informar a respeito das TDIC e aprender a usar para lecionar no ERE.

No que diz respeito a estratégia usada no ensino remoto emergencial, Magnólia elaborou as atividades fotocopiadas com base na realidade da alunado e de forma lúdica. Camélia utilizou os produziu vídeos aulas para trabalhar os conteúdos. Assim, Azálea conta que usou as estratégias de atividades fotocopiadas, grupo do *WhatsApp* e ir uma vez na semana para atentar os alunos que não tinham acesso a internet.

Azálea falou que alguns dos pais e ou responsáveis pelos estudantes não eram alfabetizados e a turma dela havia muitas crianças ainda não alfabetizada. Em virtude disso, além desse encontro presencial semanal, ela mandava mais áudio no grupo do *WhatsApp*. De maneira que quando mandavam mensagem escrita usava as letras em caixa alta porque os alunos que já estavam avançando no processo de alfabetização usava mais letra de imprensa e caixa alta. Nisso, Azálea preparava as aulas de acordo com o *feedback* dos alunos e a partir disso fazia as modificações necessárias.

Íris relata que com base no que aprendeu nas formações e oficinas que participou na UFMA produziu os vídeos de músicas infantil, contação de histórias infantis e vídeos do *YouTube* que disponibilizava no grupo do *WhatsApp* da turma e os comunicados eram feito através de áudio do *WhatsApp*.



O que as participantes relatam está em conformidade Watanabe et. al. (2020) afirma que houve durante esse período de ensino remoto emergencial -ERE que os professores vivenciaram momentos desafiadores para tentar construir as atividades usando as TDIC de maneira a não perde a qualidade de ensino, sendo que os professores tiveram que em algumas situações improvisar e agir instintivamente diante de um momento jamais vivido pela escola. Tendo de aprender de forma rápida o conhecimento em TDIC e ainda ter de lecionar conforme o previsto nos documentos oficiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa se observa que apesar das dificuldades enfrentadas pelas docentes elas buscaram aprender com vídeo do *YouTube*, colegas de trabalho e com familiares. Esse empenho mostra o comprometido e disposição a aprender novas metodologias e práticas de ensino usando as TDIC, assim como que são conscientes que as tecnologias são importantes, embora ainda tenham dificuldades para manusear algumas dessas novas tecnologias digitais.

Esse posicionamento favorável pela inserção da TDIC revela que, se o Estado investisse efetivamente em programas e ações para inserção das TDIC, os impactos causados pela pandemia no que se refere ao ensino e aprendizagem poderiam ser menores. A partir do relato desses professores, é possível perceber que no momento em que as escolas dos municípios de Codó e Timbiras retornaram as aulas no ensino remoto emergencial-ERE, durante o período de distanciamento social, isso foi feito sem a devida capacitação voltada para o uso pedagógico das TDIC para lecionar nesse novo formato e dois fatores foram preponderantes: (i) A emergência e a falta de uma cultura escolar que seja atualizado e voltado para as necessidades de uma sociedade atual e moderna. Dada as condições que as escolas se encontravam e os recursos disponíveis para os professores, as estratégias mais usadas foram a produção de vídeos, atividades fotocopiadas e o grupo do *WhatsApp*, recursos populares e disponíveis a todos.

AGRADECIMENTOS

Coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, campus Codó e às docentes participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Senado Federal. Brasília. 2021



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Tablets**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Brasília. 2011. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfo/eixos-de-atuacao/tablets> Acesso em 02 de set. de 2022.

ADRIOLA, Wagner Bandeira e GOMES, Carlos Adriano Santos. Programa Um computador Por Aluno (PROUCA): uma análise bibliométrica. **Educar em Revista**, n.63, 2017.

SCHUARTZ, Antônio Sandro e SARMENTO; Helder Boska de Moraes. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino. R. **Katál**, v. 23, n. 3, Florianópolis, 2020.

Elaine Maria Santos. O ensino remoto emergencial e o uso de recursos Digitais em aulas de língua inglesa. *Ilha do Desterro* v. 74, nº 3, Florianópolis, 2021.

LISKA, Rodrigues Geraldo Jose. Cultura digital, linguagens e TDIC na BNCC e na BNC-Formação no contexto da pandemia. **revista Linguagem**, v. 40, São Carlos. 2021.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ministério da Educação. Brasília. 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2018.

FOLHA DE PERMAMBUCO. **STF determina cumprimento da lei que distribui tablets e internet para alunos e professores**. Pernambuco. 2021. Disponível em <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/stf-determina-cumprimento-da-lei-que-distribui-tablets-e-internet-para-alunos-e-professores/28792/> acesso em 02 de set. de 2022.

COSTA, Gercimar Martins Cabral. **O papel do professor com o uso das TDIC**. Congresso Internacional de Educação e Tecnologias/Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. São Carlos. 2020. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1373>. Acesso em: 23 ago. 2022.

WATANABE, Flávio Yukio et al. formação docente em metodologias ativas e o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (tdic) no ensino remoto emergencial. congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. São Carlos. 2020. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1810>. Acesso em: 23 ago. 2022.

TRINDADE, Lays do Carmo Cavalcante; CARMO, Lorena Fonseca do; SILVA, Bruno Andrade da. Percepção dos professores sobre o ensino remoto emergencial durante a pandemia da covid-19, na vila de carapajó/cametá, Pará. **Perspectivas em Diálogo**, v. 8, n. 18, Naviraí, 2021.

KENSKI, Vani Moreira. A urgência de propostas inovadoras para a formação de professores para todos os níveis de ensino. **Rev. Diálogo Educ.**,v. 15, n. 45, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **Movimento revista de educação**, n. 4. Rio de Janeiro. 2016. Disponível



em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>. Acesso em: 22 set. 2020.

Hércules Tolêdo Corrêa e Daniela Rodrigues Dias. Multiletramentos e usos das tecnologias digitais da informação e comunicação com alunos de cursos técnicos; **Trab. Ling. Aplic.**, n. 55.2. Campinas, 2016.

PRETTO, Nelson de Luca e PASSOS, Maria Sigma Coutinho. Formação ou capacitação em Tic? Reflexão sobre as diretrizes da UNESCO. **Revista Docência e Cibercultura**, v.01, n.º1. Rio de Janeiro. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Na educação pública, tecnologia atende 24 milhões de alunos.** Ministério da educação. Brasília, 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/210-1448895310/15361-na-rede-publica-tecnologia-atende-24-milhoes-de-alunos> Acesso em 20 de jul. de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **TV Escola.** Ministério da educação. Brasília. 2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/tv-escola> Acesso em 21 jul. de 2020.

GONÇALVES, Jocélio da Silva. **Tics educacional no ensino remoto: seus usos e contribuições na prática docente em tempo de pandemia.** 2020. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Línguas Estrangeiras Modernas – Inglês e Espanhol) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Paraíba. 2020.